

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	13
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	14

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	15
10.2 - Resultado operacional e financeiro	25
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	29
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	31
10.5 - Políticas contábeis críticas	36
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	41
10.8 - Plano de Negócios	42
10.9 - Outros fatores com influência relevante	44

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**a. *Existência de Política formalizada de gerenciamento de riscos gerais:***

A Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos gerais, no entanto adota medidas suficientes para o gerenciamento dos riscos descritos no item 4.1. Apesar de não haver política de riscos gerais formalizada, a Companhia sempre avalia a necessidade de buscar controles e formas de minimização para os riscos aos quais está exposta. Entendemos que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar nosso plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Dessa forma, desenvolvemos nossa estratégia de gerenciamento de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos referidos riscos. Para tanto, avaliamos periodicamente não apenas o impacto das variáveis do mercado financeiro sobre os resultados do negócio, mas também potenciais riscos provenientes de obrigações assumidas pela nossa Companhia, aqueles inerentes a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos, dentre outros.

b. *Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:****i. Riscos para os quais se busca proteção:***

Nós buscamos proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela nossa Administração, nossa reputação, bem como nossos resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

ii. Instrumentos utilizados para proteção:

Nossos principais riscos são monitorados periodicamente, garantindo-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação em funcionamento e a execução da estratégia de tratamento dos riscos. Para fins de proteção aos riscos aos quais estamos expostos, acompanhamos as constantes mudanças de legislação e regulação, nos âmbitos tributário, trabalhista, consumidor, ambiental, entre outros e buscamos nos estruturar para antecipar/adaptar a referidas mudanças regulatórias; investimos em inovação e produtos para garantir melhor posicionamento no mercado e fazemos cuidadosa e ampla gestão quanto à exposição cambial para evitar impactos financeiros decorrentes da volatilidade de moedas, e quanto aos riscos de perdas com relação à inadimplência de seus clientes, garantindo que os processos de formalização das decisões de crédito e o registro no sistema estarão em conformidade com as normas, bem como maximizar potencial de vendas.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

O gerenciamento dos riscos da Companhia é realizado por diversos agentes, tais como: i) Auditoria Interna, Controles Internos e Área de Crédito inseridos na Vice-Presidência Financeira, ii) Ética & Compliance inseridos na Vice-Presidência Jurídica, iii) Environmental Health and Safety (EHS&S) inserida na Vice-Presidência de RH que gerencia os riscos ambientais e de segurança do trabalho, iv) gerenciamento de contingências tributárias, trabalhistas e civis por meio de Comitês multifuncionais trimestrais. A empresa também conta com a existência de um Comitê de Ética. Trata-se de Comitê multidisciplinar, integrado pela Diretoria sênior da empresa (CEO, CFO, VP Jurídico, Auditoria Interna, Compliance Officer Regional e Responsável por Segurança Corporativa), que se reúne trimestralmente para avaliar e autorizar as iniciativas do Programa de Ética & Compliance da empresa, bem como analisar casos reportados pelo Canal de Denúncias da empresa.

c. *Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos*Gerenciamento de risco de crédito*

A Política de Gerenciamento dos Riscos de Crédito é um conjunto de normas e procedimentos que devem ser observados no processo de avaliação do potencial de crédito dos clientes da Companhia, bem como no monitoramento da gestão operacional.

O objetivo da Política é minimizar os riscos de perdas com relação à inadimplência de seus clientes, garantindo que os processos de formalização das decisões de crédito e o registro no sistema estarão em conformidade com as normas, bem como maximizar potencial de vendas.

A decisão de crédito é feita com base na avaliação da capacidade de pagamento do cliente em relação ao valor do potencial de negócio. Considera-se, principalmente, se o cliente tem capacidade de geração de recursos para fazer frente à obrigação a ser assumida junto a Companhia no prazo proposto.

É de responsabilidade da Área de Crédito avaliar qual o nível de risco que um cliente representa, utilizando técnicas de análise de risco, bem como apresentar alternativas para a viabilização de negócios.

A avaliação do risco de cada cliente é realizada com base na sua situação econômico-financeira, histórico de pagamento, faturamento e exposição com a Companhia e no mercado, informações estas obtidas no sistema de informações (Serasa ou empresa equivalente), junto à área de Contas a Receber, Área Comercial da Companhia e outras fontes externas.

Por fim, é importante salientar que a Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade, com cobertura máxima combinada de stop-loss, revisada anualmente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia possui políticas internas formalizadas de gerenciamento de risco de mercado: política de câmbio e preço de commodities, de risco de crédito de cliente. As referidas políticas internas no entanto não foram objeto de aprovação por órgão de administração estatutário da Companhia, mas sim por Comitê interno responsável pelo tema.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A nossa Companhia monitora e busca proteção para riscos cambiais existentes em sua exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira existente em seu balanço e a compromissos altamente prováveis de compra/venda (importação e exportação) em moeda estrangeira.

Nossa Companhia também está exposta à variação de preços de commodities, como cobre e alumínio. Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

Para estes riscos de mercado específicos, relacionados às taxas cambiais e à variação de preços, dentre os demais mencionados no item 4.2, nossa política de riscos busca proteção.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

- **Hedge de Balanço**

A Política Global determina que a nossa posição de balanço seja coberta por operações de “hedge” nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como “hedge” a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente. Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de “hedge” são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira. O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de “hedge” é compensado pelo ganho ou perda cambial dos ativos e passivos líquidos.

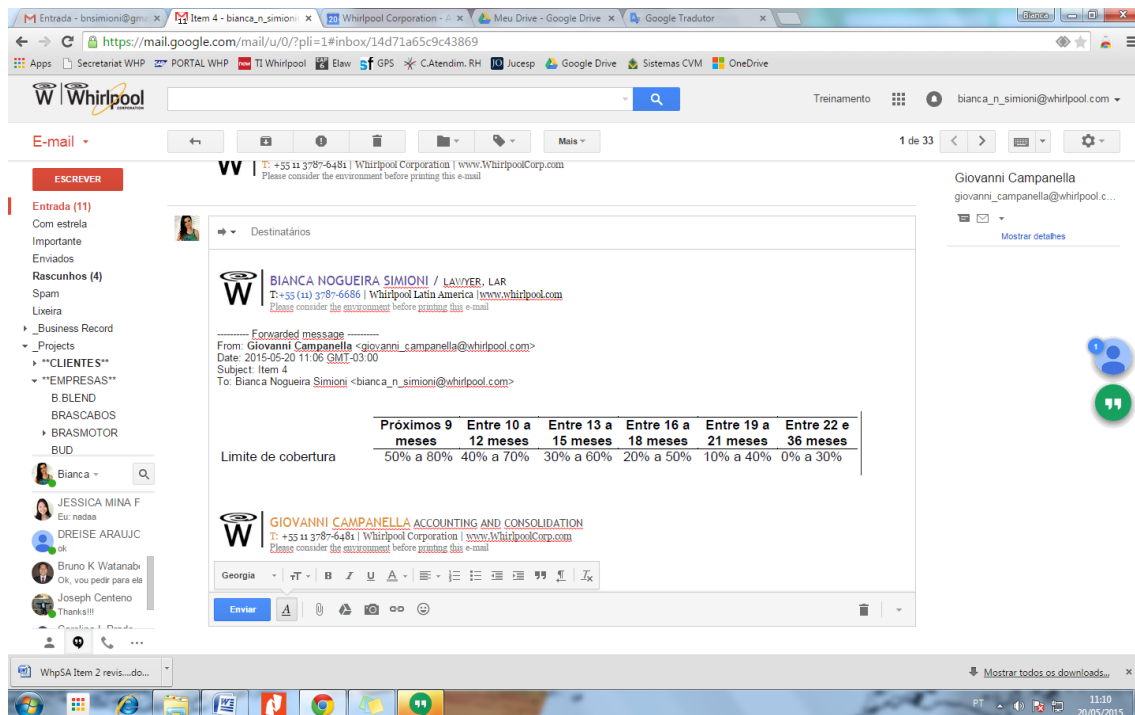
- **Cash Flow Hedge de Moeda**

A nossa Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. Esta exposição futura é coberta mensalmente de acordo com a Política, que vincula a cobertura de “hedge” ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75%, 13º mês 37,5%, 14º mês 25% e 15º mês 12,5% de cobertura.

- **Cash Flow Hedge de Commodities**

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a Política adotada estabelece: cobertura de “hedge” para os próximos três anos, da seguinte forma:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado



O objetivo da contratação desses instrumentos é dar previsibilidade aos acionistas nos preços do dólar e das commodities.

É importante ressaltar que nós nunca adotamos um intervalo de cobertura superior a 80%, para nosso programa de Cash Flow Hedge de Moeda e Cash Flow Hedge de Commodities, de modo a absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição “overhedged” e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de “hedge” no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge):

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, nós utilizamos o Contrato Futuro de Moeda NDF (“Non Deliverable Forward” Asiáticos e “Plain Vanilla”).

NDF’s Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (forward), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

NDF’s “Plain Vanilla”, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (forward), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Para sua exposição à variação de preços de commodities, nós nos protegemos por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). A liquidação de Termo de Mercadorias “Asiático” se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela London Metal Exchange (LME) de um período

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a nossa Companhia negocia os contratos de commodities em dólares. Portanto, na análise de exposição de moedas, os valores de commodities são considerados.

De acordo com sua Política, a Companhia pode utilizar, além dos instrumentos acima mencionados, compra e venda de opções e compra e venda de “zero cost collar”. Outros instrumentos não são permitidos.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

A contratação de operações com derivativos é previamente autorizada pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da nossa Companhia, conforme as alçadas previstas no Estatuto.

Todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de Balanço (Contas a Receber e a Pagar).

v. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Nossa política proíbe negociação de instrumentos financeiros especulativos ou que não tenha fim específico para hedge.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma área específica, alocada em sua Tesouraria, inserida na Diretoria Financeira, e dedicada a, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como para garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos. Todas as operações de hedge e derivativos são previamente autorizadas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da nossa Companhia, conforme alçadas previstas no Estatuto.

c. Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia, através de diversas áreas, tais como Controladoria, Auditoria Interna, Tesouraria e Suprimentos, monitora a efetividade de seu programa de hedge. O resultado das operações de derivativos é apresentado à Diretoria mensalmente através de relatórios, e divulgados amplamente em nossas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. Principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

As principais práticas adotadas pela Companhia, visando fortalecer o ambiente de controle interno, são:

ÉTICA & COMPLIANCE

- Aplicação anual aos Executivos do questionário de conhecimento, entendimento, concordância e desconhecimento de práticas contrárias às Políticas Globais de Compliance e Manual de Integridade (antigo Código de Ética) da empresa que não tenham sido, até aquele momento, reportadas aos canais de comunicação adequados;
- O Código de Ética da Whirlpool foi implementado em 2004 e, desde então, ele é apresentado ao colaborador no primeiro dia de trabalho, sendo entregue a ele uma versão física do mesmo, além da versão eletrônica disponibilizada online a todos os funcionários.
- Referido Código de Ética foi revisado e atualizado e, em fevereiro de 2019, foi lançado o novo Manual de Integridade da Whirlpool, elaborado segundo os valores, princípios éticos e cultura organizacional da Companhia. Esse Manual de Integridade e as políticas internas de compliance da Companhia encontram-se disponíveis na Intranet para todos os colaboradores em diversos idiomas, inclusive o português. Ele se encontra também amplamente acessível ao público externo no site local da Whirlpool (<https://www.whirlpool.com.br/>).
- A Companhia está engajada na campanha de divulgação do novo Manual de Integridade aos seus colaboradores, de todos os níveis hierárquicos, por meio de comunicações, treinamentos e atividades dinâmicas que visam educar, conscientizar e fomentar a cultura de Compliance e os Valores da Companhia (Integridade, Respeito, Inclusão e Diversidade, One Whirlpool e Espírito de Vitória). Ademais, os procedimentos internos documentados na Intranet da Companhia dão orientações aos colaboradores através do Manual de Integridade e, aos Fornecedores, através do Código de Conduta de Fornecedores.
- Verificação do histórico de integridade (due diligence) dos terceiros com os quais realiza negócios, com o fim de evitar e mitigar riscos para o negócio no relacionamento com terceiros.
- Realização de avaliação de riscos e auditoria de compliance anticorrupção anuais que abordam e visam identificar novos riscos e reduzir aqueles já identificados como parte do Programa de Compliance.
- Monitoramento e melhoria contínua do Programa de Compliance.
- Canal de denúncias (Linha de Integridade) é um serviço confidencial gerenciado para a Whirlpool por uma empresa independente. A Linha de Integridade está disponível em mais de 10 idiomas, online e por telefone, 24 horas por dia e 7 dias por semana. A Whirlpool disponibiliza, também, outros Canais de Integridade que podem ser contatados sobre uma preocupação ou questionamento, quais sejam: gestor direto do colaborador; qualquer gestor da sua cadeia gerencial; qualquer líder da Whirlpool; membro do Departamento de Compliance ou Jurídico; membro do Departamento de Recursos Humanos ou de Controles Internos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Os demonstrativos financeiros são preparados a partir dos registros contábeis da Companhia, livros e contas que refletem de forma precisa todas as transações materiais da companhia, com suficiente grau de detalhamento. Nós usamos o sistema SAP de informações contábeis;
- A Companhia mantém um sistema de controles internos desenhado para fornecer o nível de segurança adequado e suficiente para que os livros, registros e ativos da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

entidade sejam mantidos e contabilizados. Registros contábeis, políticas e controles internos são periodicamente revisados por uma equipe de auditoria interna com base nos requisitos da lei Sarbanes-Oxley (Seção 404 e Seção 302) seguindo os princípios do COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway). Os controles chaves são testados anualmente pela auditoria interna para avaliar o desenho e assegurar a efetividade dos controles, além de constantemente fazer a revisão de seus controles e narrativas a fim de aprimorá-las, inclusive seguindo os requerimentos recentes de “Management review” solicitado pelo órgão competente, o PCAOB (Public Company Accounting Oversight Board).

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados na elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e suficiente para assegurar eficiência, precisão e confiabilidade.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

AUDITORIA INTERNA

A área de Auditoria Interna responde diretamente ao Vice-Presidente de Auditoria Global e indiretamente ao Vice-Presidente da área de Finanças.

Anualmente a Auditoria Interna realiza de forma independente a revisão dos processos e controles para assegurar o cumprimento das políticas e normas operacionais, financeiras e contábeis. A Auditoria Interna elabora o Plano Anual de Auditoria com base em entrevistas com a Diretoria e Gerência da Companhia e também efetua uma avaliação de riscos operacionais, estratégicos e financeiros de todos os processos. O Plano Anual de Auditoria é apresentado para a aprovação do Comitê de Auditoria. Durante a execução das auditorias operacionais e financeiras os processos e sistemas são avaliados baseados nos riscos e a efetividade dos controles é testada para assegurar que os riscos estão mitigados com controles eficazes. As deficiências dos controles são reportadas através do relatório de auditoria, e são elaborados planos de ação para remediar as deficiências. A Auditoria Interna acompanha e monitora mensalmente a implementação dos planos de ação para assegurar a remediação das deficiências.

ÁREA DE COMPLIANCE

A área de Compliance possui independência de atuação, tendo reporte direto local para o Vice-Presidente Regional do Departamento Jurídico e reporte indireto para a Global Chief Compliance Officer da Companhia, com sede nos Estados Unidos. Além disso, há procedimentos internos que exigem reporte obrigatório aos Comitês de Ética Regional e Global de assuntos relacionados à quebra de procedimentos internos em nível relevante e, a depender da relevância, referido reporte também é feito ao Comitê de Auditoria Global.

ÁREA DE CONTROLES INTERNOS

A área de Controles Internos responde para a Diretoria de Finanças e é responsável pela revisão e melhoria de processos, mitigando e prevenindo os riscos financeiros.

COMITÊ DE ÉTICA

A nossa Companhia mantém um canal de denúncias (Linha de Integridade) online e por telefone (0800), para o recebimento e tratativa de denúncias de irregularidades percebidas em seu ambiente de negócios, visando à correção imediata de eventuais desvios de conduta e à prevenção a possíveis transgressões às diretrizes de seu Manual de Integridade e políticas internas. O atendimento pode ser feito anonimamente, se desejado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O canal de denúncias está disponível na intranet da Companhia, sendo amplamente divulgado a todos os colaboradores. Todos os novos colaboradores participam de um treinamento presencial de integração em seu primeiro dia de trabalho e recebem um treinamento sobre os valores da Companhia, sobre o Manual de Integridade da Companhia e políticas internas de compliance, bem como informações sobre o canal de denúncias e seu funcionamento.

A Comissão de Apuração de Não-conformidades, integrada pelas áreas de Auditoria interna, Compliance, e Recursos Humanos, investiga os casos de denúncias reportados pelo canal hotline (Linha de Integridade) e demais Canais de Integridade disponibilizados pela Companhia, reportando os resultados ao Comitê de Ética da Região.

Como apontado, o Comitê de Ética é multidisciplinar e integrado pela Diretoria sênior da empresa (CEO, CFO, VP Jurídico, VP de Recursos Humanos, Auditoria Interna e Compliance Officer Regional), que se reúne trimestralmente para avaliar e autorizar as iniciativas do Programa de Compliance da empresa, bem como analisar casos reportados pelo Canal de Denúncias da empresa.

A cultura de “Speak Up” (abertura e confiança em falar à liderança sobre eventuais desconfortos ou preocupações) é amplamente incentivada aos colaboradores por meio de comunicações e treinamentos periódicos como parte de plano de comunicação e treinamento anual elaborado pelo Departamento de Compliance.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

Revisão Trimestral dos controles chaves pelos Control Owners – SOX-302

Trimestralmente os SOX Control Owners respondem um questionário de forma eletrônica através do sistema Teammate confirmando a efetividade dos controles e reportam se houve alguma alteração nos controles chaves, além de constantemente fazer a revisão de seus controles e narrativas a fim de aprimorá-las, inclusive seguindo os requerimentos recentes de “Management review” e “IPE” (Informação Produzida pela Entidade) solicitado pelo órgão competente, o PCAOB (Public Company Accounting Oversight Board).

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Não há deficiências significativas apontadas pelos Auditores Independentes.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia conta com o apoio da alta direção da empresa para o fomento de uma cultura ética e de integridade para aplicação efetiva do programa de compliance e aderência às leis e regulamentos locais e internacionais. A Companhia adota também políticas e procedimentos internos globais de Compliance, e um canal de denúncias independente, sendo todos eles divulgados através de treinamentos para a alta liderança e todos os colaboradores da organização voltados à prevenção, detecção e remediação de desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

Anualmente, a Companhia realiza um procedimento de Auditoria Independente de Compliance Anticorrupção. Adicionalmente a esta auditoria, auditorias internas são realizadas periodicamente pela Companhia objetivando avaliar e garantir o bom funcionamento de processos internos que possam estar expostos aos diversos riscos de Compliance relacionados ao perfil da empresa, suas especificidades e características do mercado em que atua, tais como: riscos legais, operacionais, financeiros e/ou reputacional. Essas auditorias internas e externa permitem a aplicação de medidas corretivas e remediativas de fragilidades identificadas nos processos internos da empresa, caso assim seja concluído em Procedimento de Apuração de Compliance. O Procedimento permite o aperfeiçoamento contínuo do programa de compliance possibilitando à empresa uma resposta tempestiva aos riscos identificados.

Além disso, a Companhia realiza uma verificação de integridade periódica dos terceiros com os quais realiza negócios, em especial, de fornecedores (diretos e indiretos) e prestadores de serviços da sua cadeia produtiva. Essa verificação tem por objetivo garantir com que a empresa trabalhe apenas com terceiros idôneos.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:

A Equipe de Apurações Internas da Whirlpool S.A., integrada pelas áreas correlatas de Auditoria interna, Ética & Compliance, Segurança Corporativa, Tecnologia da Informação, EHS&S e Recursos Humanos, tem por objetivo investigar casos de denúncias reportados através de um dos Canais de Integridade ou Linha de Integridade da Companhia, reportando os resultados ao Comitê de Ética da Região. O Comitê de Ética, formalmente aprovado pela Alta Administração, é um órgão multidisciplinar integrado pela Diretoria sênior da empresa (CEO, CFO, VP Jurídico, VP de Recursos Humanos, Auditoria Interna e Compliance Officer Regional). O Comitê de Ética se reúne trimestralmente para avaliar e autorizar as iniciativas do Programa de Compliance da empresa, bem como analisar casos reportados pelos Canais de Integridade da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando: Sim, a Companhia possui um Código de Ética, denominado Manual de Integridade, formalmente revisado e aprovado em 2019. Além disso, a Companhia possui um Código de Conduta de Fornecedores, também formalmente aprovado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:*

O Manual de Integridade é aplicável aos colaboradores de todos os níveis hierárquicos da organização, incluindo nesse contexto, os nossos diretores, executivos, membros do Conselho Fiscal, quando este é instalado, e também os membros do Conselho de Administração da Companhia, independente de cargo. O Manual de Integridade é igualmente aplicável a todos os terceiros parceiros de negócios da companhia, sendo o Código de Conduta de Fornecedores aplicável a todos os nossos fornecedores e prestadores de serviços.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:*

Os colaboradores são treinados sobre o Manual de Integridade e as políticas globais de Compliance ao menos duas vezes ao ano. Eles são requisitados a completar cursos relacionados ao tema, que incluem, inclusive, testes de conhecimento. Ademais, todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre compliance em seu primeiro dia de trabalho, como parte dos temas abordados no processo de integração de novos funcionários. Adicionalmente, comunicações são feitas mensalmente aos colaboradores sobre temas relacionados a Compliance, incluindo a divulgação das políticas e procedimentos globais de Compliance da companhia.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:*

São aplicáveis sanções permitidas pela legislação local pertinente, como advertências, suspensões e demissões/desligamento de funcionários quando aplicável, a depender do caso, de acordo com as regras previstas no referido Manual de Integridade e normas internas da Companhia.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:*

O Código de Ética foi aprovado no ano de 2004 pelas áreas internas da Companhia que integram o Comitê de Ética e pela Administração da Companhia. Em fevereiro de 2019, o Código de Ética foi revisado e atualizado, passando a se chamar Manual de Integridade. O referido Manual foi aprovado pelo CEO global da Companhia (Marc Bitzer) sendo divulgado à organização globalmente. A versão online do Manual de Integridade é amplamente disponibilizada em Portal na intranet de acesso livre e irrestrito a todos os colaboradores internos em diversos idiomas, inclusive no idioma português. Além disso, ele pode ser encontrado na página web da Whirlpool (www.whirlpool.com.br).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:*
O canal de denúncias da Companhia, atualmente denominado Linha de Integridade, é gerido por uma empresa internacional terceira, especializada no gerenciamento do canal de comunicação “hotline”, a qual recebe, em caráter confidencial, comunicações, questionamentos e preocupações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em situações nas quais o colaborador não queira usar um dos Canais de Integridade da Companhia (seu gestor direto, um dos gestores da sua cadeia gerencial, representantes do Departamento de Ética & Compliance ou Jurídico, Recursos Humanos, Controles Internos ou qualquer líder da Whirlpool), ele poderá utilizar, gratuitamente, a Linha de Integridade da Whirlpool (via internet ou telefone 0800). Insta salientar, que a Linha de Integridade funciona vinte e quatro horas (24h) nos sete dias da semana, sendo o atendimento feito no idioma local do colaborador.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:*

O canal de denúncias da Companhia é aberto para o recebimento de denúncias de empregados e de terceiros, inclusive, fornecedores, parceiros de negócios ou qualquer outra parte interessada.

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:*

O canal de denúncias da Companhia é anônimo e garante total proteção a denunciante que levante preocupações de boa-fé. O canal é gerido internamente por profissionais de compliance especializados e que possuem dever de proteção ao anonimato e das informações recebidas por este canal. Ademais, a Companhia possui uma política interna de não-retaliação que visa proteger denunciante de boa-fé.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:*

O órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias denomina-se Equipe de Apurações Internas da Whirlpool S.A.. Este órgão é composto por colaboradores qualificados e capacitados, sendo membros permanentes: responsáveis de Ética & Compliance Legal, Auditoria Interna e Recursos Humanos. A depender do teor da denúncia, membros não-permanentes poderão ser envolvidos no processo de apuração de casos específicos, como, por exemplo: responsáveis de Segurança da Informação, Segurança Corporativa e Patrimonial, Jurídico, EHS&S.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas:

A Companhia, nos casos de processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias adota todos os procedimentos usuais para a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas, realizando os procedimentos de *due diligence* através de empresas de consultoria especializadas e/ou escritórios de advocacia que assessoram a Companhia em tais operações para a elaboração de Relatórios e/ou Reportes para a identificação de possíveis riscos e vulnerabilidades para a implementação da operação, garantindo dessa forma os mecanismos usuais e de mercado para tal prática.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:

Não aplicável. A Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a questão apresentada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A Companhia entende que não houve alterações significativas em relação aos principais riscos a que está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada em relação ao último exercício, de maneira que não comentará as expectativas por esse motivo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Introdução

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitidas em 23 de março de 2021, inclusive as notas explicativas, bem como outras informações financeiras contidas no presente documento.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia registrou lucro líquido de R\$712 milhões, R\$1.774 milhões (sendo R\$773 milhões das operações em continuidade) e R\$187 milhões respectivamente. Apresentamos abaixo os índices de endividamento sobre ativo total e liquidez corrente, referentes à Companhia:

Índices	2020	2019	2018
Endividamento sobre ativo total	0,73	0,60	0,72
Liquidez corrente	1,16	1,38	1,22

O capital de giro da Companhia e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da empresa é formada por capital próprio proveniente da geração de caixa operacional da Companhia e por capital de terceiros, composto majoritariamente pelas operações com Vendor.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem e seu objetivo é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o patrimônio líquido era de R\$1.929 milhões, R\$3.019 milhões e R\$2.190 milhões respectivamente. O capital de terceiros nestes mesmos períodos era de R\$297 milhões em 2020, R\$596 milhões em 2019 e R\$453 milhões em 2018.

O percentual de capital de terceiros sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, eram de 15,4%, 19,7% e 20,7% respectivamente, sendo o percentual remanescente de capital próprio proveniente da operação da Companhia.

A diretoria monitora sua estrutura de capital através de sua dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa. A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital existente nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, considerando a dívida líquida sobre o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

patrimônio líquido.

A diretoria destaca que a posição de dívida líquida é negativa, ou seja, possui caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar os empréstimos, financiamentos e derivativos em sua totalidade.

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	297.175	595.755	452.586
Derivativos	(14.226)	(19.393)	(7.187)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.906.997)	(1.633.584)	(959.157)
Dívida líquida	(1.624.048)	(1.057.222)	(513.758)
Patrimônio líquido	1.928.611	3.019.055	2.190.366
Patrimônio líquido e dívida líquida	304.563	1.961.833	1.676.608

Não há, no curto prazo, previsão de resgate de ações de emissão da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a (i) pagamento das matérias-primas, mão de obra e serviços para produção dos produtos e (ii) impostos relacionados a nossas atividades operacionais.

Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

A posição do ativo circulante em 31 de dezembro de 2020 era de R\$5.421 milhões, comparada com R\$5.899 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$6.234,2 milhões em 31 de dezembro de 2018.

A posição do passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 era de R\$4.686 milhões, comparada com R\$4.276 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$5.090,2 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Acreditamos que os recursos disponíveis, a nossa geração de caixa operacional e linhas de crédito existentes serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de fluxo de caixa operacional, impulsionada principalmente pela gestão de prazos de recebimento e pagamento de clientes e fornecedores, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordo com seus clientes através de operações de Vendor junto a bancos comerciais de primeira linha, atuando de forma a garantir linhas de crédito. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis (os montantes relacionados a esta operação são apresentados como “Empréstimos e Financiamentos”).

Importante ressaltar que a Companhia possui seguro contra risco de crédito para cobrir o risco de inadimplência. A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram, respectivamente, de R\$290 milhões, R\$395 milhões e R\$445 milhões.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Além da geração de caixa operacional da Companhia, havendo eventuais descasamentos de disponibilidades no curto prazo, a Companhia dispõe de linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.000.000 mil, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não tínhamos empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas (últimos 3 exercícios), descrevendo ainda:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Moeda nacional:			
Vendor (0,28% a 0,37% a.m.)	297,175	577,029	432,894
Moeda estrangeira:			
Saques cambiais de exportação (ACE)	-	18,726	10,536
Capital de giro (47,5% a.a)	-	-	9,156
Total dos empréstimos e financiamentos	297,175	595,755	452,586
Circulante	297,175	595,755	452,586
Não circulante	-	-	-

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia referem-se majoritariamente a transações de Vendor.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras dívidas de longo prazo contratadas com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Na hipótese de eventual concurso universal de credores a ordem de precedência segue os termos do artigo 83 da Lei 11.101/05 ("Lei das Falências") e seria a seguinte: primeiro seriam satisfeitas as obrigações relativas a empregados e equiparados até o limite de 150 salários mínimos, na sequência seriam satisfeitas as obrigações de natureza tributária e, por fim, as obrigações quirografárias, uma vez que a Companhia não possui obrigações registradas no passivo exigível com garantia real ou qualquer outro privilégio ou preferência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprido essas restrições.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve restrições (covenants) impostas à Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Conforme mencionado anteriormente, os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia referem-se estritamente a operações de Vendor.

Existem contratos previamente estabelecidos entre a companhia e os bancos parceiros com limites máximos de contratação. As taxas são firmadas no momento da contratação, de acordo com as condições de mercado.

Adicionalmente, por governança, a Companhia estabelece limites internos pré-aprovados em seu estatuto e atas. Em 31/12/2020, o saldo de Vendor em aberto representa 17% do limite pré aprovado pela Administração.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais Consolidados: A tabela a seguir demonstra os resultados operacionais consolidados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Receita líquida de vendas e serviços	9.258.703	7.767.833	6.608.799
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(7.388.418)	(6.435.507)	(5.632.082)
Lucro bruto	1.870.285	1.332.326	976.717
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas e distribuição	(561.195)	(630.235)	(486.824)
Despesas administrativas	(383.429)	(334.304)	(355.842)
Outras receitas operacionais	75.841	406.968	141.389
Outras despesas operacionais	(15.548)	(62.656)	(32.247)
Equivalência patrimonial	(7.464)	(5.611)	(4.345)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	978.490	706.488	238.848
Receitas financeiras	564.064	858.268	424.728
Despesas financeiras	(559.732)	(449.641)	(415.449)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro das operações em continuidade	982.822	1.115.115	248.127
Imposto de renda e contribuição social correntes	(319.013)	(412.040)	(80.344)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.928	31.116	19.566
	(269.085)	(380.924)	(60.778)
Lucro líquido das operações em continuidade	713.737	734.191	187.349
Operações descontinuadas			
Lucro após os impostos proveniente de operações descontinuadas	-	1.042.212	(13.282)
Lucro líquido do exercício	713.737	1.776.403	174.067
Atribuíveis aos:			
Acionistas controladores	712.371	1.774.763	180.601
Acionistas não controladores	1.366	1.640	(6.534)
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	0,47403	1,18098	0,12018

Em 2020 a receita líquida de vendas e serviços cresceu 19,2% ou R\$1.490,9 milhões, chegando a R\$9.258,7 milhões. Já em 2019 a receita líquida de vendas e serviços aumentou 17,2% ou R\$1.133,3 milhões, passando de R\$6.608,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$7.742,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O custo dos produtos vendidos acumulado cresceu 14,8% ou R\$952,9 milhões em 2020, chegando a R\$7.388,4 milhões. Tal variação está vinculado ao aumento do volume de vendas no período. Em 2019, o custo dos produtos vendidos acumulado aumentou 14,3%, passando de R\$5.632,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$6.435,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A variação deve-se principalmente no impacto gerado na indústria pelo aumento de custos tanto relacionados ao câmbio, quanto commodities importantes como aço e resinas.

Nossas despesas operacionais compreendem substancialmente despesas com vendas, propaganda, publicidade e relacionados, administrativas, gerais e tributárias, e outras despesas operacionais, líquidas.

Os fatores acima determinaram o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, que foi de R\$982,8 milhões no exercício de 2020, uma redução de R\$132,3 milhões em relação a 2019, quando o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de R\$ 1.115,1 milhões comparado a R\$ 248,1 milhões no mesmo período em 2018, representando uma variação positiva de R\$866,9 milhões. O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 alcançou R\$713,4 milhões ou 7,7% das receitas líquidas de vendas e serviços. Em 2019, o lucro líquido foi R\$1.776,4 milhões ou 22,9% e R\$187 milhões em 2018 ou 2,6% em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.906.997	1.633.584	959.157
Contas a receber, líquidas	2.190.542	1.352.849	1.071.995
Estoques	913.119	760.790	797.239
Impostos a recuperar e antecipados	249.043	710.513	128.524
Partes relacionadas	23.872	1.303.280	4.394
Operações com derivativos	47.341	28.246	8.849
Outros ativos	90.363	109.802	79.715
Ativos de operações descontinuadas	-	-	3.184.399
Total do ativo circulante	5.421.277	5.899.064	6.234.272
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	11.622	-	-
Contas a receber, líquidas	784	139.873	159.456
Outras contas a receber	13.000	15.425	74.505
Operações com derivativos	1.350	57	18.344
Impostos a recuperar e antecipados	132.798	139.019	585
Depósitos para recursos e outros	122.533	107.573	93.096
Imposto de renda e contribuição social diferidos	327.960	286.681	277.711
Investimentos	155.298	147.139	152.750
Imobilizado	791.160	756.278	720.384
Direito de uso	92.513	104.452	-
Intangível	30.118	38.801	48.887
Total do ativo não circulante	1.679.136	1.735.298	1.545.718
Total do ativo	7.100.413	7.634.362	7.779.990

Comparação das contas patrimoniais consolidadas:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	3.349.451	2.472.096	2.305.391
Empréstimos e financiamentos	297.175	595.755	452.586
Financiamento por arrendamento	35.933	41.153	-
Impostos, taxas e contribuições a pagar	243.451	279.155	142.517
Salários e encargos sociais	105.655	96.280	82.326
Partes relacionadas	86.735	295.836	18.822
Operações com derivativos	31.002	7.264	17.202
Outros passivos	536.614	488.763	309.942
Passivos de operações descontinuadas	-	-	1.761.403
Total do passivo circulante	4.686.016	4.276.302	5.090.189
Não circulante			
Financiamento por arrendamento	64.520	68.307	-
Impostos, taxas e contribuições a pagar	23.340	25.500	-
Operações com derivativos	3.463	1.646	2.804
Partes relacionadas	52.422	-	250.390
Plano de previdência privada	-	3.296	3.660
Plano de assistência médica	86.500	88.377	97.930
Provisão para demandas judiciais e administrativas	144.302	119.500	118.835
Outros passivos	111.239	32.379	25.816
Total do passivo não circulante	485.786	339.005	499.435
Patrimônio líquido			
Capital social	1.159.103	1.159.103	1.159.103
Reserva de capital	234.355	213.219	201.255
Reserva de lucros	639.889	307.521	842.767
Ajuste de avaliação patrimonial	5.602	(5.970)	(36.265)
Ajustes acumulados de conversão	(112.152)	(155.266)	23.049
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	1.500.002	-
Participação de não controladores	1.814	446	457
Total do patrimônio líquido	1.928.611	3.019.055	2.190.366
Total do passivo e do patrimônio líquido	7.100.413	7.634.362	7.779.990

As variações significativas nas contas patrimoniais foram:

Ativo circulante

Contas a receber: (2020 -2019) Aumento de R\$837 milhões, é decorrente principalmente pelo aumento no volume de vendas do segundo semestre de 2020 e redução de antecipações de recebíveis, em linha com o aumento na receita líquida do exercício. **(2019-2018)** Aumento de R\$280,8 milhões, (i) R\$199 milhões - A variação é decorrente principalmente pelo aumento no volume de vendas do período com grandes agências de vendas, como R\$105 milhões em Compra Direta, R\$41 milhões em Via Varejo e R\$ 53 milhões em Magazine Luiza, em linha com o aumento na receita líquida do período. (ii) R\$58 milhões - A variação é decorrente do aumento no volume de vendas do período na controlada Whirlpool AM S.A., principalmente no Grupo Sudeste em R\$75 milhões, bem como redução no faturamento da Via Varejo em (R\$17 milhões).

Impostos a recuperar: (2020 -2019) Redução de R\$461 milhões, é decorrente da compensação do crédito gerado pela exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. **(2019-2018)** R\$497 milhões - Variação decorrente do ICMS na Base de Pis e Cofins - Reconhecimento de principal e respectivas atualizações.

Partes Relacionadas: (2020 -2019) Redução de R\$1.279 milhões, é decorrente da liquidação dos mútuos com as controladoras Brasmotor Ltda no valor de R\$517 milhões e Whirlpool do Brasil Ltda no valor de R\$762 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(2019-2018) R\$517 milhões de variação decorrente da contratação de Mútuo entre Whirlpool S.A. e Brasmotor Ltda, sendo R\$500 milhões de principal, R\$14 milhões de juros e R\$ 2 milhões de IOF e IRRF; (ii) R\$ 764 milhões de variação decorrente da contratação de Mútuo entre Whirlpool S.A. com sua controladora Whirlpool do Brasil Ltda, sendo R\$990 milhões de principal, (R\$260 milhões) de pagamentos, R\$27 milhões de juros e R\$7 milhões de IOF e IRRF.

Ativo não circulante

Contas a receber: (2020 -2019) Redução de R\$139, é decorrente da reclassificação para Outras Contas a Receber do saldo remanescente do cliente Máquina de Vendas que está em processo de recuperação judicial, bem como a provisão para perdas esperadas (100% do saldo está provisionado).

(2019-2018)

Impostos a recuperar: Aumento de R\$138,4 milhões, variação decorrente da reclassificação entre curto x longo prazo, do ICMS s/ Pis e Cofins.

Direito de uso: Aumento de R\$104,5 milhões, variação referente a implementação do IFRS 16 no ano de 2019.

Passivo Circulante

Fornecedores: (2020 -2019) Aumento de R\$877 milhões, em 2020 é basicamente devido ao aumento na produção quando comparado com o ano anterior, que é justificada pelo aumento na demanda de produtos. (2019-2018) Aumento de R\$166,7 milhões. O aumento em 2019 na posição de fornecedores muito ligada ao aumento na produção quando comparada com o dezembro do ano anterior, que é justificada pelo aumento no volume de produtos vendidos

Empréstimos e financiamentos: (2020 -2019) Redução de R\$299 milhões, (i) redução de R\$280 milhões na contratação de Vendor e (ii) redução de R\$19 milhões referente ao saldo de antecipações de crédito de exportação (ACE) remanescente de 2019.

Partes relacionadas: (2020 -2019) Redução de R\$209 milhões, é devido a liquidação do mútuo (Debêntures) entre a Whirlpool S.A. e a Whirlpool of India Limited. (2019-2018) Variação decorrente da transferência de mútuos do longo para o curto prazo. As demais operações intercompany são devidamente eliminadas.

Passivo Não Circulante

Partes relacionadas: (2020 -2019) Variação decorrente do registro de novos mútuos no longo prazo. (2019-2018) Variação decorrente da transferência de mútuos do longo para o curto prazo.

Outros passivos: (2020 -2019) Aumento de R\$79 milhões, variação refere-se majoritariamente a provisão ambiental e provisão para reestruturação.

(2019-2018)

Passivo de arrendamento: Aumento de R\$68,3 milhões, variação referente a implementação do IFRS 16 no ano de 2019.

Patrimônio Líquido

A principal variação refere-se aos dividendos propostos em 2019 e pagos em 2020.

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.605.997	614.152	1.408.447
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de investimentos	(145.604)	2.204.266	(430.132)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(1.186.980)	(2.143.991)	(684.543)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	273.413	674.427	197.606
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.633.584	959.157	1.167.658
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.906.997	1.633.584	1.365.264
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	273.413	674.427	197.606

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(2020 -2019)

As principais variações no caixa líquido provenientes das atividades operacionais são; (i) Geração de caixa operacional de R\$982,8 milhões referente ao "Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social"; (ii) Consumo de caixa de R\$ 714,2 milhões relacionados ao aumento no saldo de "Clientes"; (iii) Consumo de caixa operacional de R\$149,9 milhões relacionado ao aumento de "Estoques" ano contra ano; (iv) Geração de caixa operacional de R\$513,9 milhões referente a "Impostos a recuperar", impulsionados principalmente pela monetização dos créditos de PIS e Cofins; e, (v) Geração de caixa operacional no montante de R\$ 824,4 milhões oriundos do aumento no saldo de "Fornecedores" comparado com o mesmo período de 2019.

A variação no caixa líquido das atividades de investimento advém principalmente dos "Investimentos em ativo imobilizado e intangível", que consumiu um caixa de R\$140,2 milhões em 2020.

Já o consumo no caixa líquido das atividades de financiamento é oriundo principalmente da distribuição de dividendos em 2020 no montante de R\$575,7 milhões, bem como pela liquidação de "Mútuos e C/C entre partes relacionadas" no montante de R\$251,8 milhões.

(2019 -2018)

As variações principais no caixa líquido das atividades operacionais são; (i) Geração de caixa operacional de R\$402,1 milhões referente a "Contas a Receber"; (ii) Consumo de caixa operacional de R\$502,9 milhões referente a "Fornecedores"; (iii) Consumo de caixa operacional de R\$1.555,9 milhões referente a "Custo na venda de investimentos" e (iv) Geração de caixa operacional de R\$285,6 milhões referente a "Outros passivos" comparando com o mesmo período de 2018.

A variação no caixa líquido das atividades de investimento advém da geração de caixa devido ao recebimento de caixa do "Ativo mantido para venda operação de compressores" no valor de R\$2.565,8 milhões.

A variação no caixa líquido das atividades de financiamento advém principalmente da geração de caixa pela conta de "Mútuo com partes relacionadas" no montante de R\$1.426,6 milhões geração de R\$521 milhões em "Ingressos e financiamentos" e por consumo de R\$599 milhões por distribuição de dividendos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas dos negócios variam preponderantemente em função de volume de vendas e preços. Esses componentes também são os principais fatores de influência das receitas de exportações, além das taxas de câmbio.

Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

- Cenário macroeconômico
- Mercado Interno

O PIB brasileiro fechou o ano de 2020 com uma queda de -4,1%, muito impactado pelos efeitos da Covid-19. Apesar do resultado negativo, o Brasil teve melhor desempenho do que os principais países da América Latina. Já a inflação do país atingiu 4,52%, a maior alta desde 2016, ficando acima do centro da meta do governo. Isso se deve pelo aumento da demanda em itens básicos e a alta do dólar, além de ter sido muito influenciado pelo pagamento do auxílio emergencial. A taxa básica de juros – Selic – atingiu o nível mais baixo da série histórica e terminou o ano em 2,0%. O ano de 2020 foi marcado por muita volatilidade, com incertezas políticas e econômicas que fizeram com que os indicadores fossem muito distantes das previsões iniciais para o ano.

A taxa de desocupação (desemprego) média do ano foi de 13,5%, contra 11,9% de 2019, como consequência dos impactos da pandemia de Covid-19. Além disso, o número de pessoas ocupadas em 2020 chegou ao menor número da série anual, refletindo em um nível de ocupação de apenas 49,4%.

O dólar fechou 2020 com uma alta acumulada de 29%, a R\$5,19. Com esse resultado o real registrou o segundo pior desempenho global no ano em meio à pandemia, impactado por juros locais extremamente baixos e grandes incertezas locais.

- **Mercado externo**

No cenário externo, a pandemia da Covid-19 impactou todos os países, e apenas a China terminou o ano com crescimento positivo (de 2,3%). Todos os demais países tiveram contração do PIB, onde Estados Unidos tiveram uma retração de -3,5% e o Japão uma queda de -4,8%.

Especialistas afirmam que o ritmo de vacinação se tornará o principal determinante para a recuperação das economias. Países que estão avançando mais rapidamente na imunização da população, como Reino Unido e EUA devem puxar a recuperação da economia mundial, enquanto os países emergentes latino-americanos devem seguir com desempenho relativamente fraco.

Segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional), espera-se que o Brasil cresça 3,6% em 2021, os países da Zona do Euro 4,2%, os EUA 5,1% e a China 8,1%.

- **Mercados**

No Brasil, o mercado de linha Branca (Refrigeração, Lavanderia e Cocção) apresentou crescimento de 11,6% em 2020 em relação ao ano anterior, influenciada pelo pacote de estímulos dado pelo governo.

- **Programas de redução de custos**

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia continua implementando com sucesso medidas de redução de custos em todos os níveis que visam mitigar i) incertezas com relação à demanda, ii) o aumento do preço das commodities e matéria-prima, iii) aumento do dólar e iv) aumento dos valores de contratos atrelados à inflação. Foram implementadas uma série de medidas para o controle, monitoramento e redução de despesas como, por exemplo, a Whirlpool aderiu a MP 936 de 01 de abril de 2020, adotando a suspensão e redução de jornada de parte dos colaboradores.

- **Preço de Commodities**

Para se prevenir da volatilidade implícita às dinâmicas de oferta e demanda globais das commodities, a Companhia atua com operações de hedge, conseguindo estender o horizonte de planejamento para fins estratégicos. As operações com derivativos são definidas através de política global. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de rating divulgado por agências especializadas.

- **Taxas de câmbio**

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaca-se a alta volatilidade da taxa de câmbio ao longo do ano, encerrando o período em R\$ 5,19/US\$, com 29% de desvalorização no período. A cotação da taxa possui impactos diretos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação, quanto custos de importação indexados em moeda internacional. Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia realiza operações de hedge de acordo com a política global da Companhia.

- **Efeitos de investigações governamentais, ou ações relacionadas por outras partes**

Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações civis nos Estados Unidos. A Companhia solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas. A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição.

Em 31 de dezembro de 2020, R\$2,1 milhões (US\$400 mil aproximadamente) continuaram provisionados. O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

(2020-2019)

Em 2020 a receita líquida de vendas e serviços aumentou 19,1% ou R\$1.491 milhões, passando de R\$7.768 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$9.259 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19 e seus impactos na economia local e mundial. As incertezas iniciais sobre a disseminação e letalidade da doença levaram a suspensão

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

temporária das atividades de comércio e serviços e, por consequência, a paralisação de parte do setor industrial, diminuindo a atividade econômica e elevando os índices de desemprego. Para mitigar os impactos desses efeitos negativos, principalmente na renda do brasileiro, e retomar os níveis de atividade econômica, o Governo Federal instituiu um programa de auxílio financeiro emergencial e o Banco Central do Brasil reduziu a taxa de juros ao menor patamar histórico a fim de estimular o crédito.

A partir do segundo semestre de 2020, apesar do grau de incerteza ainda elevado, o processo de flexibilização do distanciamento social, o impacto positivo do auxílio emergencial na renda da população, as perspectivas de retomada das economias em função do controle parcial da pandemia e progressos no desenvolvimento de uma vacina permitiram a recuperação econômica de forma mais veloz do que o antes estimado, em especial para o setor de eletrodomésticos, que também foi beneficiado pelos impactos da pandemia nos hábitos de consumo e estilo de vida das pessoas.

Diante desse cenário adverso, tivemos como reflexo a divulgação do PIB, pelo Banco Central, de retração de 4,1% e uma inflação de 4,52% no ano (IPCA, fonte IBGE), números menos pessimistas se comparados às 35 projeções ao longo do ano de 2020, em função da retomada da economia e perspectiva de retomada da reforma fiscal após período de elevado gasto público. A taxa básica de juros – Selic – atingiu o nível mais baixo da série histórica: 2% a.a., segundo o Comitê de Política Monetária (Copom), uma medida de incentivo ao crédito e recomposição de renda da população e de empresários. De acordo com o IBGE/PNAD, a taxa de desemprego no trimestre findo em 31.12.2020 foi de 13,9%, sendo a maior taxa média já registrada pelo IBGE.

(2019-2018)

Em 2019, a nossa receita líquida de vendas e serviços aumentou 17,5% ou R\$1.160,0 milhões, passando de R\$6.608,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$7.767,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O PIB brasileiro fechou o ano de 2019 com um crescimento de 1,1%, já a inflação do país atingiu 4,3%, praticamente em linha com o centro da meta (4,25%). A taxa básica de juros–Selic– atingiu o nível mais baixo da série histórica: 4,5%. A demora da aprovação da reforma da Previdência, crises políticas internas e a guerra comercial entre Estados Unidos e China fizeram com que o crescimento do país fosse menor do que as previsões otimistas do começo do ano. Apesar de continuar alta (cerca de 11,9%), a taxa de desemprego teve seu segundo ano consecutivo de queda, ficando abaixo da registrada em 2018 (12,3%) e 2017 (12,7%), mostrando os sinais lentos de recuperação do mercado.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro, quando relevante

(2020-2019)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro antes dos impostos sobre o lucro das operações em continuidade da Companhia apresentou uma redução de 11,8%, passando de R\$1.115 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$983 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O resultado do Brasil foi impulsionado pelo aumento do volume de vendas devido o auxílio econômico dado pelo governo durante o ano de 2020 e a mudança de comportamento de consumo da população voltado para os cuidados dos lares, influenciaram positivamente o setor de eletrodomésticos. Mesmo com aumento do Lucro antes das receitas e despesas financeiras, o lucro líquido das operações em continuidade do exercício de 2020 não ultrapassou o de 2019, ano que houve o reconhecimento do crédito tributário de PIS e da COFINS em função do trânsito

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

em julgado, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, com decisão favorável à Companhia. A Argentina novamente foi afetada pelo cenário de hiperinflação e a crise foi potencializada pela COVID-19.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado operacional da Companhia apresentou um aumento de 349%, passando de R\$248,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.115,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O aumento do resultado foi impulsionado pelo Brasil devido ao reconhecimento do crédito tributário de PIS e da COFINS em função do trânsito em julgado, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, com decisão favorável à Companhia. A reação do mercado às aprovações das reformas pelo governo, como a da previdência e ao fato do efeito da greve dos caminhoneiros de 2018, suportaram o bom desempenho em relação ao ano passado. A Argentina foi afetada principalmente pelo cenário de hiperinflação e queda nos índices de consumo da população.

(2019-2018)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado operacional da Companhia apresentou um aumento de 349%, passando de R\$248,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.115,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O aumento do resultado foi impulsionado pelo Brasil devido ao reconhecimento do crédito tributário de PIS e da COFINS em função do trânsito em julgado, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, com decisão favorável à Companhia.

A reação do mercado às aprovações das reformas pelo governo, como a da previdência e ao fato do efeito da greve dos caminhoneiros de 2018, suportaram o bom desempenho em relação ao ano passado. A Argentina foi afetada principalmente pelo cenário de hiperinflação e queda nos índices de consumo da população.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Em conexão com o fato relevante divulgado em 24 de abril de 2018, referente a venda do negócio de compressores, em 03 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do primeiro aditamento ao Contrato de Compra e Venda (Share Purchase Agreement – “SPA”) tendo por objeto a venda das unidades Embraco globalmente (“Operação”). Em 01 de julho de 2019, após cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a Companhia concluiu a Operação, por meio do qual foram alteradas ou ratificadas algumas condições da transação.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em linha com o exposto no item acima, em virtude da operação para a alienação dos segmentos de compressores, a Whirlpool concluiu a sua venda no dia 01 de julho de 2019.

c. dos eventos ou operações não usuais

Em março de 2017 o STF fixou a tese de repercussão geral de que “o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. No quarto trimestre do ano de 2017, vendemos parte do direito aos créditos desta ação para um terceiro, pelo valor de R\$90.000 e venda adicional no 2º trimestre de 2018, no valor de R\$25.700.

Uma das ações judiciais ajuizadas pela Controlada MLOG transitou em julgado em setembro de 2018 e reconheceu o direito da Companhia à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS e o direito à recuperação dos pagamentos realizados a maior no passado na empresa MLOG Armazém Geral Ltda Em setembro de 2018 foi reconhecido o crédito de R\$25.787 pela MLOG.

No primeiro trimestre de 2019, tivemos o trânsito em julgado favorável de uma das ações interpostas pela Whirlpool S.A. referente ao período de 2001 a 2014. Com base na opinião de nossos consultores, a Companhia registrou R\$539.918 na rubrica de tributos a recuperar no balanço patrimonial referente aos créditos para monetizar em períodos futuros. O valor principal dos créditos, líquido dos honorários de sucesso dos advogados, foi reconhecido como outras receitas operacionais e o valor da atualização monetária foi reconhecido na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do período.

No segundo trimestre de 2019, a Companhia obteve o trânsito em julgado favorável de mais duas ações interpostas pela Companhia referente ao período de 2015 em diante e outra para a controlada BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda no período de 2003 a 2014. Com base na opinião de nossos consultores, a Companhia registrou o montante R\$178.014 e a controlada BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda o montante de R\$37.128 na rubrica de tributos a recuperar no balanço patrimonial referente aos créditos que temos o direito de monetizar em períodos futuros. O valor principal dos créditos, líquido dos honorários de sucesso dos advogados, foi reconhecido como outras receitas operacionais e o valor da atualização monetária foi reconhecido na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do período.

A ação ajuizada pela controlada Whirlpool AM S.A. transitou em julgado em dezembro de 2020 e reconheceu o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS e o direito à recuperação dos pagamentos realizados a maior desde março de 2012. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, a controlada registrou o montante de R\$35.558 na rubrica de impostos a recuperar no balanço patrimonial referente aos créditos que temos o direito de monetizar em períodos futuros. O valor principal dos créditos, líquido dos honorários de sucesso

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

dos advogados, foi reconhecido como outras receitas operacionais, e o valor da atualização monetária foi reconhecido na rubrica de receita financeira, ambos na demonstração do resultado do período.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 01.01.2020, foram as seguintes:

Alterações no CPC 15 (R1) - Definição de negócios: As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Reforma da taxa de juros de referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de material: As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro: O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2) - Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia COVID-19. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 01.01.2019, foram as seguintes:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro - IFRIC 23/ICPC 22: A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação a apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. Na data base de 31.12.2019, a Companhia concluiu os estudos dos processos sujeitos à análise sob a ótica do IFRIC 23 e nenhuma provisão adicional foi identificada, além das que já foram registradas contabilmente.

Leases - IFRS 16 / CPC 06 (R2): Para avaliar os impactos financeiros da Companhia com as alterações trazidas pelo CPC 06 (R2), a Administração avaliou todos os contratos de arrendamentos imobiliários, arrendamentos de equipamentos e ativos arrendados incorporados em um contrato de serviço que a Companhia possui, a fim de identificar todos os aspectos contratuais que devem ser considerados para aplicar e mensurar os ativos de direito de uso, os passivos de arrendamento e as isenções de reconhecimento.

De acordo com o item 5 do CPC 06 (R2), a Companhia pode optar pela isenção de aplicação da norma para os arrendamentos de curto prazo e para os quais o ativo subjacente seja de baixo valor. A Norma menciona que essa análise deve ser realizada para os itens individuais, quando novos (Ex. Notebooks), porém, a Companhia optou por aplicar essa análise nos contratos em sua totalidade, e não de forma individual, devido à relevância do valor total dos contratos de arrendamento.

A identificação do tempo contratual foi realizada através da análise individual de cada contrato de arrendamento mercantil e todos os seus respectivos aditivos. Portanto, a data de assinatura do contrato é considerada a data inicial, onde a Companhia passa a controlar o ativo e a data final estipulada em contrato refere-se ao prazo final do arrendamento. A Companhia entende que o conceito de utilizar o prazo contratual é a melhor estimativa para a determinação do tempo de uso do arrendamento.

Para mensuração do valor dos pagamentos, a Companhia determinou os valores como fixos pelo arrendador, ou seja, valor mínimo em contrato. Para os contratos cujo pagamento ocorre de forma variável (Ex. Empilhadeiras - contratação variável de equipamentos, conforme sazonalidade), foi considerado para a mensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento apenas os valores fixos.

Para fins de adoção do IFRS 16 a Companhia adotou a taxa nominal, a qual leva em consideração o risco de crédito do país, o prazo do contrato dos arrendamentos e a natureza e qualidade das garantias oferecidas, entre outros. A taxa de desconto aplicada ao cálculo foi mensurada pela tesouraria da Whirlpool Corporate com a colaboração da equipe Bloomberg e levou em consideração fatores específicos da região, considerando as empresas consolidadas nestas demonstrações financeiras.

A tabela abaixo ilustra as taxas praticadas de acordo com o prazo de cada contrato:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Prazo dos contratos	Taxa % a.a
1 ano	9,57%
2 anos	10,02%
3 anos	10,36%
4 anos	10,67%
5 anos	11,00%
10 anos	12,74%
20 anos	16,64%

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a aquisição dos ativos arrendados ao fim do prazo contratual. Diante disso, a vida útil dos ativos na ausência de perda ao valor recuperável, será o prazo contratual, dos dois o menor. A amortização desses ativos ocorrerá de forma linear. A Companhia optou por utilizar o modelo retrospectivo simplificado.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 01.01.2018, foram as seguintes:

Instrumentos Financeiros CPC 48/ IFRS 9: Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia, sendo eles caixa e equivalentes, contas a receber e mútuos ativos foram classificados como instrumento financeiro ao custo amortizado, conforme definido no item 2.14.

Outra mudança significativa que o IFRS 9 traz, refere-se à redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (impairment), substituindo o modelo de “perdas incorridas” do IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Diante disso, a Companhia reavaliou seu cálculo de PCLD realizando um estudo de perdas históricas por carteira de clientes e aplicando os respectivos percentuais calculados por classe de vencimento. Os impactos gerados pelo IFRS 9 estão devidamente apresentados na Nota Explicativa de Contas a Receber.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC38/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. De acordo com as novas classificações requeridas pelo IFRS 9, todos os passivos financeiros da Companhia, sendo eles mútuos passivos, financiamentos e fornecedores foram devidamente classificados como instrumento financeiro ao custo amortizado.

Com relação ao Hedge Accounting, a Companhia optou por aplicar os requisitos de contabilização de hedge do CPC 38 (IAS 39) em vez daqueles previstos no CPC 48 (IFRS 9). Sendo assim, não houve efeitos significativos nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos que não são usados como instrumentos de hedge.

Receita de Contrato com Cliente – CPC 47/IFRS 15: Transferimos o controle e reconhecemos uma venda quando enviamos o produto de nossa fábrica para nosso cliente ou quando o mesmo recebe o produto com base nos termos de envio acordados. Cada unidade vendida é considerada uma obrigação de desempenho independente e separada. Não temos obrigações de desempenho adicionais além das vendas de produtos que são relevantes no contexto do contrato. A quantidade de consideração que recebemos e a receita que reconhecemos varia devido a incentivos de vendas e retornos que oferecemos aos nossos clientes. Quando damos aos nossos clientes o direito de devolver produtos elegíveis, reduzimos a receita para a nossa estimativa dos retornos esperados.

Com base em nossa avaliação, determinamos que não são necessárias mudanças significativas em nossos processos de negócios, sistemas e controles para adoção da nova norma contábil, e a mesma não altera o prazo ou montantes de receita reconhecidos em nossas demonstrações

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

financeiras.

A principal mudança resultante da adoção do IFRS 15 (CPC 47) decorre dos princípios que a Companhia aplicou para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de performance; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de performance; e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O único ajuste identificado foi a reclassificação de créditos de IPI reconhecidos, e que representou R\$96.296 em 31 de dezembro de 2018 e (R\$135.798 em 2017) anteriormente registrados sob a rubrica de receita líquida de vendas e, passando a ser classificados sob a rubrica de outras receitas em 2018.

Economias hiperinflacionárias - IAS 29: No mês de junho, o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (INDEC) publicou os dados do índice de preços no atacado de maio de 2018, o qual tem sido publicado de forma consistente na Argentina e utilizado como base para acompanhamento da inflação no país. Com base na publicação, a qual indicou que a inflação acumulada nos últimos 3 anos ultrapassou 100%, a Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária. A aplicação do IAS 29 - Economias

Hiperinflacionárias, prevê a correção monetária de ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias, aplicando um índice geral de preços.

A Companhia possui investimentos nas empresas Whirlpool Argentina S.A., Whirlpool Puntana S.A. e Latin America Warranty S.A., na Argentina. Diante disso, os itens não monetários assim como o resultado do período foram corrigidos pela alteração do índice de correção entre o período inicial de reconhecimento e o período de apresentação, a fim de que os balanços das subsidiárias estejam registrados ao valor corrente.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios de 2018, 2019 e 2020.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos três exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores.

No relatório da auditoria referente às Demonstrações Financeiras de 2018 há um parágrafo de ênfase referente a reapresentação espontânea, conforme mencionado na nota explicativa 3.1, em decorrência de correção de erro na apresentação de saldos de antecipação de recebíveis e operações de verbas comerciais, e reapresentação de valores referentes a operações descontinuadas, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Nos exercícios sociais findos de 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia parágrafos de ênfases nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**Julgamento**

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

d) Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f) Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

- Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos:

Para o exercício de 2020 não há ativos e passivos relacionados a arrendamentos mercantis operacionais nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir do exercício de 2019 com a implementação CPC 06 (R2) / IFRS 16 a classificação como operacional deixou de existir e todos os arrendamentos mercantis, com exceção aqueles que se encaixam como isenção previstos no pronunciamento contábil (contratos de curto prazo e ativos de baixo valor) foram registrados no balanço patrimonial.

- Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos (Vendor):

A partir do exercício de 2018 a Companhia passou a divulgar como empréstimos e financiamentos suas operações de Vendor, onde o pagamento é garantido no caso de inadimplência por parte dos clientes.

- Contratos de construção não terminada:

Não Aplicável.

- Contratos de recebimentos futuros de financiamento:

Não Aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

b. natureza e o propósito da operação;

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

i) Vendedor: a Companhia adota rigorosas normas e procedimentos de forma a minimizar os riscos referentes à operação em questão, especialmente na ausência de pagamento das operações de “vendedor” pelos devedores originais. As operações de “vendedor” atendem um programa de financiamento de vendas através do qual a Companhia obtém financiamento direto para seus clientes oferecendo aos mesmos acesso a linhas de crédito com taxas competitivas. Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o total dos saldos em aberto nesta operação eram, respectivamente, de R\$297 milhões, R\$577 milhões e R\$433 milhões.

ii) A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram, respectivamente, de R\$290 milhões, R\$395 milhões e R\$445 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

- Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos de capital previstos para 2021 tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção de máquinas e equipamentos das plantas industriais, aumento de flexibilidade e capacidade produtiva, adaptação às normas ambientais (processos, produtos e serviços), iniciativas de aumento de produtividade, desenvolvimento de novos produtos e em tecnologia da informação.

- Fontes de financiamento dos investimentos:

Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

- Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não há.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Whirlpool considera inovação como um dos pilares fundamentais para a competitividade da empresa e, por isso, investe em talentos e infraestrutura dentro e fora da empresa.

Para a Whirlpool, inovação significa o desenvolvimento de produtos e soluções únicas e a empresa não mede esforços e investimentos para antecipar tendências de mercado mundiais que se traduzem em soluções e benefícios reais ao consumidor. Portanto, se o consumidor não perceber o real benefício do produto, não o consideramos como inovador.

A partir do mapeamento de lacunas de competências e capacidades e do ímpeto de aperfeiçoar soluções, bem como desenvolver novos produtos, a Whirlpool conta com parcerias com Universidades e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) como Udesc, Senai e UFSC, maior parceiro, com mais de 25 anos de cooperação.

Outra parceria bastante relevante é o Inova Talentos, um programa em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tem por objetivo colaborar para a formação de profissionais aptos a atuar no setor de inovação empresarial.

Desde 2013, a Whirlpool implementou em seus projetos de inovação em produto, processo e organizacional mais de 164 bolsistas e desses, mais de 40 foram efetivados.

No Brasil a Whirlpool possui 3 fábricas (Joinville/SC, Rio Claro/SP e Manaus/AM), 1 centro administrativo (W House) e 5 centros de tecnologia, sendo 4 em Joinville (1. Refrigeração, 2. Ar-condicionado e Águas, 3. Cocção e Microondas 4. Eletrônica) e 1 em Rio Claro (Lavanderia, Lava-louças e Secadora). E, destina 3% a 4% do seu faturamento a pesquisa, desenvolvimento e inovação.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Recentemente, a Whirlpool figurou entre as empresas mais inovadoras do país segundo o Anuário Valor Inovação Brasil, publicado pelo jornal Valor Econômico.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há.